

Abstract**The Teaching staffs' Class Condition: a Debate with the Marxist Structuralism**

The present text is embedded into the broader Marxist structuralism's debate about the class condition of teaching staffs. The referred theoretical school states that the middle class unionism, to which part of the teaching staffs' is affiliated to, is based on a meritocratic ideology. According to this approach, teachers who are originated from the middle class share its individualistic and reformist political-ideological character and organizational form.

We intend to bring out the theoretical limitations of this interpretation. The analyses that draw upon pre-determined parameters and reality-based models seem to avoid taking (1) the historical formation processes, (2) the consciousness of the working class and (3) the experiences of groups of workers within class struggles into consideration.

For that purpose, we shall present reflections that were born out of the results gathered in a research conducted among teachers' labor unions in Rio de Janeiro.

A condição de classe dos professores: um debate com o estruturalismo marxista**Kênia Miranda***

O presente texto situa-se no debate com o estruturalismo marxista sobre a condição de classe dos docentes. Tal filiação teórica afirma que o sindicalismo de classe média, do qual fariam parte os professores, é fundamentado na ideologia meritocrática. Segundo esta abordagem os professores integram a classe média e comungam de sua ideologia e forma organizativa de caráter político-ideológico individualista e reformista.

Pretendemos assinalar os limites teóricos desta interpretação. As análises que partem de parâmetros pré-determinados e modelos esquemáticos do real parecem não levar em consideração o processo histórico de formação e conscientização da classe trabalhadora e as experiências vividas por grupos de trabalhadores no embate da luta de classes.

* Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

Se a categoria docente já pertenceu à classe média, na atualidade precisa de uma nova análise e, por conseguinte, uma novo olhar sobre sua condição de classe que considere o seu processo histórico de constituição de classe. Neste sentido, apresentaremos reflexões provocadas por resultados de pesquisa realizada no Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ).

A inserção de classe dos docentes: do local estrutural à relação social

*Os indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que têm que manter uma luta comum contra outra classe.
(MARX E ENGELS:1987)*

Tratar da condição de classe dos professores é, simultaneamente, tratar dos conceitos indissociáveis de classe social e de luta de classes. Uma classe social não é uma abstração, um conceito formal cujo reflexo deriva, de forma mecânica, das relações de produção, mas antes, resultado de um processo histórico de luta movido por interesses antagônicos de sujeitos num contexto determinado, como afirmam os autores de *A Ideologia Alemã*:

Os indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que têm que manter uma luta comum contra outra classe; no restante, eles mesmos defrontam-se uns com os outros na concorrência. Por outro lado, a classe autonomiza-se em face dos indivíduos, de sorte que estes últimos encontram suas condições de vida preestabelecidas e tem, assim, sua posição na vida e seu desenvolvimento pessoal determinados pela classe, tornam-se subsumidos a ela. Trata-se do mesmo fenômeno que o da subordinação dos indivíduos isolados à divisão do trabalho, e tal fenômeno não pode ser suprimido se não se supera a propriedade privada e o próprio trabalho. (MARX e ENGELS; 1987: 84).

Portanto, a partir desta perspectiva teórica, qualquer análise da condição de classe de um determinado grupo social deve se dar a partir de sua inserção na luta de classes.

No entanto, este não tem sido o único caminho seguido pela produção teórica acerca do sindicalismo docente e a inserção de classe dos professores. Para WOOD, “teoricamente, existem apenas duas formas de pensar em classe: como um local estrutural ou como uma relação social” (2003:73). No entanto, a primeira concepção não é exclusividade de correntes externas ao marxismo, “se a segunda concepção é

especificamente marxista, a primeira cobre um espectro mais amplo que vai da sociologia clássica até algumas variedades de marxismo” (WOOD, *op.cit*).

É nesta bifurcação teórica e política que está situado nosso debate com a bibliografia marxista sobre o pertencimento de classe dos professores e a sua prática sindical.

Em uma das primeiras passagens do Manifesto Comunista, MARX e ENGELS apontam a centralidade da luta entre as classes na história e os papéis protagonistas da classe que tem sua força de trabalho explorada na produção, o proletariado, e da classe que detém a propriedade dos meios de produção e o seu produto.

Toda a sociedade se divide, cada vez mais, em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes diretamente opostas: a burguesia e o proletariado. (MARX & ENGELS, 1998: 8).

Para os autores de O Manifesto Comunista, estavam, desta forma, demarcadas as classes fundamentais no capitalismo, bem como a posição relacional das demais classes sociais tais como os camponeses, os pequenos proprietários, que comporiam as classes médias, além do lúpem-proletariado.

Definidas as classes fundamentais como motor da história colocam-se outras questões, tais como, quais são os integrantes destas classes, qual o papel das classes médias no capitalismo e que elementos definem a vinculação a uma determinada classe, bem como as condições específicas das relações sociais adquiridas num dado contexto histórico.

Correntes da tradição marxista divergem sobre a tendência do movimento das classes médias em direção às classes fundamentais e o papel que desempenham na organização da classe trabalhadora, se tal movimento seria invariavelmente determinado, bem como quais características definiriam os integrantes desta classe intermediária.

Para efeito deste texto, é no debate sobre as classes médias produzido pelo estruturalismo marxista que devemos focar, pois afirmam ser neste lugar da estrutura social que se situam os professores. Uma idéia comum a esses autores é a de que os

assalariados não-manuais distinguem-se ideologicamente e, por conseqüência, politicamente da classe operária.

POULANTZAS (1985) denomina esta classe intermediária que se difere da classe operária como “nova pequena burguesia”. Para o autor, os “assalariados não-manuais” que integram esta nova classe não poderiam ter sua inserção de classe analisada a partir de critérios exclusivamente econômicos e sim de um conjunto de fatores característicos que definiriam sua prática político-ideológica, tais como o caráter improdutivo do trabalho, o controle sobre outros trabalhadores (função de direção) e o exercício de trabalho intelectual, ou seja, tais elementos demarcariam limites ideológicos entre o trabalhador intelectual, ou não-manual e o trabalhador manual. No trabalho do autor destaca-se o conceito restrito de classe operária e o papel da ideologia na delimitação e *alocação* das classes sociais. Talvez o problema central possa ser resumido pela compreensão do autor que as classes *já estão* constituídas ou possuem uma estrutura social global.

No Brasil temos o trabalho de SAES que trata da inserção de classe dos trabalhadores não-manuais a partir do conceito restrito de classe operária de POULANTZAS. SAES (1978), no entanto, discorda do conceito de nova pequena burguesia que unifica a pequena burguesia e os assalariados não-manuais em uma mesma classe. Para SAES há diferenças entre esses segmentos sociais, sendo que a ideologia meritocrática configura-se como ponto de distinção entre os interesses dos assalariados não-manuais dos trabalhadores-manuais -classe operária tradicional- bem como dos interesses dos primeiros com a pequena burguesia.

BOITO (2004) partilha desta última interpretação e baseado na diferenciação entre trabalhadores assalariados manuais e não-manuais, assim define a especificidade do o sindicalismo de classe média:

é movido por interesses, valores e concepções distintos daqueles que, tipicamente, movem a ação do trabalhador assalariado manual quando esse se organiza sindicalmente. (BOITO, 2004: 3)

Tal filiação teórica afirma que o sindicalismo de classe média, do qual fariam parte os professores é fundamentado na ideologia meritocrática, ou seja, nos dons e méritos pessoais, ou ainda de uma dada profissão. Para o autor,

tal sindicalismo induz a uma identificação coletiva restrita, fechada no universo da profissão, sendo refratário, por esse motivo, à politização da luta sindical. Cada um desses sindicatos profissionais procura difundir uma imagem dos méritos especiais da profissão que representa. (BOITO, 2004: 25)

Como exemplo deste tipo de sindicalismo BOITO recorre ao sindicalismo docente:

O mérito da profissão é, no mais das vezes, afirmado por oposição ao suposto demérito de outras profissões ou do trabalho manual: a professora, cuja dignidade de fato é negada pelo Estado capitalista, mas que procura afirmá-la protestando por ganhar menos que uma empregada doméstica; o professor que, vitimado pelo mesmo Estado, e com o mesmo objetivo e motivação, compara o seu salário ao do motorista de ônibus ou ao do vendedor ambulante. (BOITO, 2004: 24)

Este é o ponto que nos interessa sobremaneira, pois tem como centro a organização política coletiva deste trabalhador. Segundo esta abordagem os professores integram a classe média e comungam de sua ideologia e forma organizativa de caráter político-ideológico individualista e reformista.

Outro trabalho relevante é o de TRÓPIA (2007) *A inserção de classe dos assalariados não-manuais* que sistematiza o debate e apresenta os limites políticos a que está submetida a classe média, cujo objetivo anunciado é perceber as contribuições do estruturalismo marxista para a compreensão das contradições e limites da organização coletiva docente.

Frente a esta rápida apresentação de trabalhos da corrente estruturalista marxista, podemos observar que se o trabalho fundador de POULANTZAS tem o mérito de não reduzir a análise de classe a economia, parece cair em outro erro tão incompatível frente ao materialismo histórico, qual seja, tomar as classes em situação inexorável. No caso de SAES, a ideologia coloca-se como condição originária das especificidades do processo de trabalho, pressuposto do determinismo.

É necessário assinalar os limites teóricos destas interpretações. As análises que partem de parâmetros pré-determinados e modelos esquemáticos do real parecem não levar em consideração o processo histórico de formação da classe trabalhadora e as experiências vividas por grupo de trabalhadores no embate da luta de classes.

A crítica ao economicismo parece, neste caso, significar a desconexão dos aspectos sociais, econômicos e históricos, excluindo a dialética da metáfora da base e superestrutura criada por Marx. Em última instância, o estruturalismo adquire um

discurso paradoxal, pois o aspecto econômico, antes criticado, é prevalente na análise de classes, pois é dele que deriva uma forma específica de ideologia. Neste ponto da argumentação, a ideologia brota de um tipo particular de processo de trabalho, adquire uma forma estática e sem relações com a totalidade social no seu movimento histórico, resultando desconsiderados os processos complexos de alienação e hegemonia. No entanto, esta questão é mais complexa do que no momento conseguimos abordar neste ensaio.

De qualquer forma, é inegável a complexidade que as relações sociais adquiriram sob o modo de produção capitalista para termos como ponto de partida e de chegada a separação entre trabalhadores manuais e trabalhadores não-manuais como elemento determinante da inserção de classe. Em outras palavras, a unidade da classe pode se dar mesmo na diversidade do processo de trabalho.

Em *A miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*, E. P. THOMPSON nos apresenta uma veemente crítica aos equívocos da tradição marxista estruturalista, tais como o a-historicismo e por conseqüência, o determinismo.

Este é o foco da crítica de THOMPSON:

Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. Ademais, a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. (1987: 9)

Em outro texto – *Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”*¹ – THOMPSON sistematiza alguns de seus desacordos aos usos do conceito classe social por marxistas e não-marxistas, das quais destacamos sua crítica ao modo idealizado de pensar a classe :

Os assalariados não se comportam de modo condizente com sua com sua condição proletária, ou mesmo alguns deles, quando interrogados, não sabem definir-se ou afirmam pertencer ao “estrato médio”. Ou, ainda mais, classe é aquilo que a classe diz supor representar em uma resposta a um questionário. Mais uma vez, classe como categoria histórica, em seu comportamento através do tempo, resulta excluída.

¹ As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos, 2007.

Portanto, não estamos fazendo uma crítica inaugural a tal corrente marxista, mas debatendo tal concepção frente a análise do sindicalismo docente, através dois movimentos, o primeiro pretende explicitar o caráter estático e classificatório da análise de classe média e, o segundo, apresentar questões formuladas a partir de pesquisa realizada em sindicato de trabalhadores da educação da Educação Básica, em particular o SEPE(RJ) numa direção divergente às conclusões de base estruturalista.

Seria possível identificar o conjunto da categoria docente como pertencente a uma classe social homogênea? A fragmentação no interior dessa abrangente profissão tem sido levada em consideração por quais pesquisas acadêmicas? Seriam os docentes dos diferentes níveis, modalidades e vínculos empregatícios trabalhadores submetidos ao mesmo grau de subsunção ao capital e ou ao Estado e encontrariam em suas diversas associações coletivas a mesma forma de ação política?

Cabe assinalar que os resultados de pesquisas anteriores apontam o caráter multifacetado do sindicalismo docente do Rio de Janeiro² em contrastante divergência com a literatura que o homogeneiza através do conceito de sindicalismo de classe média, generalizando a categoria. Analisamos, neste trabalho, o Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região (SINPRO-RIO) a União dos Professores Públicos do Rio de Janeiro Sindicato (UPPES) e o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEPE-RJ).

Além das especificidades de organização, luta e identidade de cada uma destas entidades, que por questões de espaço não podemos tratar aqui, faz-se necessário destacar além desta heterogeneidade - que já seria elemento suficiente para desmontar os argumentos estáticos de classificação dos sindicatos e de sua composição de classe – o antagonismo protagonizado pelos trabalhadores da educação, que construíram desde o período conhecido como Novo Sindicalismo o SEPE-RJ, às teses do estruturalismo marxista. Em outras palavras, tais trabalhadores, não sem contradições, paradoxos ou limites, cometem a grande pertinácia de não retratarem na materialidade concreta de suas vidas o modelo ideal a eles destinado pela teoria estruturalista.

² Tal trabalho foi apresentado no XXIV Simpósio Nacional de História em julho de 2007 e pode ser encontrado nos anais do evento sob o título Sindicalismo Docente e Identidade de Classe.

Conclusão

Embora não tenha sido possível apresentar o desenvolvimento da pesquisa realizada, é possível trazer algumas conclusões a partir da conjugação entre o caminho teórico e o empírico no esforço de compreender a complexidade do objeto de estudos.

A inserção de classe dos professores dependerá, necessariamente, das relações sociais as quais estão submetidos. Da mesma forma, a reflexão realizada nos indica que as teorias que impõem um comportamento esperado a uma determinada classe social ou categoria profissional que a integra, têm um potencial de explicação da realidade reducionista e, portanto, equivocado. As experiências de organização política e de condições de trabalho que a categoria docente vivencia são diversificadas, sem atingir um patamar homogêneo de consciência. Afirmar, portanto, que os professores situam-se na classe média, cujo pertencimento deriva uma postura meritocrática e reacionária é negar o processo histórico de formação destes trabalhadores e sua experiência na luta de classes, reificando-os sob a lógica de uma teoria estática. Por isso, debatemos com algumas posições do estruturalismo marxista com o objetivo de afirmar que a definição de classe desta categoria deve ser muito cautelosa e respaldada por uma análise de dados concretos e da sua construção histórica.

Partindo desta hipótese, acreditamos que a consciência dos trabalhadores -de diversos setores, em particular dos professores- da exploração promovida pelo capital, não impõe, necessariamente, as mesmas proposições de superação desta condição. Portanto, mesmo que a categoria docente já tenha se construído enquanto classe, pois assim se organiza e se reconhece, não é possível tornar homogênea sua forma de ação política. Tal ação será resultante das experiências vivenciadas pelos professores na organização de suas entidades políticas, bem como de sua inserção na luta travada diariamente pelo conjunto da classe trabalhadora contra seus antagonistas.

Se não é possível afirmar que todos os professores – nas suas diferentes relações de venda de força de trabalho e atuação em níveis diversificados da educação - integram a classe trabalhadora, parece-nos, que um grande número de professores, em particular da Educação Básica, na tensão da luta de classes, tem-se encarnado trabalhador, com todos os dilemas, limites e possibilidades que esta condição carrega.

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BOITO Jr, Armando. Classe média e sindicalismo. Primeira Versão. Campinas: IFCH-UNICAMP, n° 1/2/3, 2004.
- MANACORDA, Mario Alighiero. Marx e a pedagogia moderna. São Paulo: Cortez, 1991.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. (6ª ed.). São Paulo: Hucitec, 1987.
- . Manifesto do Partido Comunista. In: Reis, Daniel Aarão (org.). Manifesto Comunista 150 anos depois. Rio de Janeiro: Contraponto/Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 1998.
- MIRANDA, Kênia. A Organização dos Trabalhadores em Educação sob a forma-sindicato no capitalismo neoliberal: O pensamento pedagógico e o projeto sindical do SINPRO-Rio, da UPPEs e do SEPE-RJ. Niterói: UFF, 2005. (Dissertação de mestrado em educação).
- POULANTZAS, Nicos. As classes sociais no capitalismo de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa. (3ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, vol. 1.
- . A miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro, Zahar Editores.(s/d).
- . As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. (2ªed.) Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- TRÓPIA, Patrícia. A inserção de classe dos assalariados não-manuais: um debate com a bibliografia marxista sobre a classe média. In: ANPED: 30 anos de pesquisa e compromisso social. Anais da 30ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu, 2007.
- WOOD, Ellen Meiksins. Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 1995